



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER

(em conjunto)

### Comissão de Justiça e Redação Comissão de Finanças e Orçamentos

**Matéria:** Projeto de Lei nº 49/2020.

**Data:** 13 de outubro de 2020.

**Autoria:** Poder Executivo.

**Súmula:** "INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

## 1. RELATÓRIO

A matéria em análise trata-se de Projeto de Lei do Executivo nº 49/2020, cuja súmula "institui o Fundo Municipal do Trabalho do Município de Campo Largo e dá outras providências."

O presente Projeto de Lei tem por finalidade criar no âmbito deste município o Fundo Municipal do Trabalho, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Assuntos Metropolitanos, visando especialmente o fomento ao trabalho, emprego e renda sob orientação, controle e fiscalização do Conselho Municipal do Trabalho de Campo Largo originado pela Lei Municipal nº 2.182, de 15 de abril de 2.010.

É o sucinto relatório.

## 2. DO PARECER

A matéria é de competência destas comissões para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 42 e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

O projeto versa sobre matéria de competência do Município encontrando amparo no artigo 30, inciso I, em face do interesse local, disposto na Constituição Federal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Quanto ao mérito a proposição merece prosperar, pois a instituição do Fundo Municipal do Trabalho é condição obrigatória aos entes federados que aderirem ao Sistema Nacional de Emprego – Sine, para o financiamento e transferências automáticas de recursos, inclusive, os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nos termos da Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

Assim, a proposição é de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao trabalho, emprego e renda neste município, considerando que a captação de recursos, bem como o estabelecimento de dotação e destinações específicas, contribuirão efetivamente para o cumprimento das diretrizes e prioridades voltadas ao setor.

A proposição ainda apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, o projeto se encontra juridicamente apto para tramitação nesta Casa de Leis.

### 3. CONCLUSÃO

Expostas as razões, verifica-se que o Projeto nº 49/2020 está amparado na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa de Leis, **DEVENDO PARA TANTO SER ACOLHIDO**.

Por isso, vota-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2020.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

### **Parecer da Comissão de Justiça e Comissão de Finanças e Orçamento**

As Comissões em reunião realizada no dia 13 de outubro de 2020, opinaram pela constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa e, no mérito, opinam pela aprovação do Projeto de Lei nº 49/2020.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2020.

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

  
**ANTÔNIO GONÇALVES FERREIRA**  
Presidente

  
**DARCI ANDREASSA**  
Relator

  
**TADEU DE PAULA**  
Membro

### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

  
**AIRTON ROBERTO VAZ DA SILVA**  
Presidente

  
**BENTO VIDAL**  
Relator

  
**DARCI ANTÔNIO ANDREASSA**  
Membro